



REVISTA AMEFRICANA

Sociologia, Desenvolvimento e Práxis Antirracista

Barra Mansa, v. 1, n. 1, 2025 | ISSN: [Em trâmite]

EDITORIAL

DA NEUROSE CULTURAL À SOBERANIA EPISTÊMICA

Equipe Editorial

A inauguração da Revista Amefricana não responde a um impulso editorial passageiro nem a um desejo protocolar de adicionar mais um periódico às prateleiras digitais da academia. Seu surgimento deriva de um imperativo histórico, político e sociológico: enfrentar, com rigor metodológico e coragem intelectual, aquilo que Lélia Gonzalez nomeou de maneira irreversível como a “neurose cultural” brasileira. Essa patologia coletiva — produzida pela recusa sistemática de reconhecer a centralidade da experiência negra e indígena na formação nacional — estruturou um padrão duradouro de mutilação simbólica e epistêmica. Durante décadas, o campo das ciências sociais no Sul Global operou sob uma divisão internacional do trabalho intelectual: ao Norte caberia a formulação de teorias universais, ao Sul o fornecimento de corpos, dados e empirias. Em tal arranjo assimétrico, nossas sociedades permaneceram como objetos de estudo, jamais como produtoras de teorias sobre si mesmas.

A Revista Amefricana nasce para romper esse pacto tácito de subalternização. Propõe-se a afirmar a Amefricanidade não apenas como marcador identitário ou gesto de afirmação cultural, mas como categoria heurística, lente crítica e dispositivo metodológico capaz de revelar a gramática profunda das desigualdades que nos atravessam. Mais do que um conceito descritivo, a Amefricanidade é uma chave interpretativa que reivindica a complexidade, a simultaneidade e a criatividade dos mundos negros e indígenas no continente. É, portanto, um fundamento teórico e político para a construção de uma

epistemologia que não aceita a lógica da falta, mas reconhece a potência civilizatória da experiência amefricana.

Vivemos um tempo em que a análise das políticas públicas, das desigualdades estruturais e das dinâmicas sociais exige ir além da superfície dos indicadores tradicionais. A literatura crítica tem reiterado que a excessiva dependência de dados quantitativos — embora imprescindível — frequentemente se limita a revelar o “o quê” das desigualdades, mas silencia sobre o “como” e o “por quê” elas se reproduzem. Esse reducionismo tecnicista transforma a realidade racial em séries de números, ignorando que tais indicadores são produtos de disputas de poder, regimes de verdade e estruturas historicamente constituídas. Ao recusar a fragmentação que separa raça de gênero, classe, território e ancestralidade, a Revista Amefricana se compromete com uma abordagem integrada, interseccional e radicalmente contextualizada.

I. O Solo Fértil da Sociologia Nacional

Nosso ponto de partida é a recusa à importação acrítica de teorias. O diálogo com o pensamento global é indispensável, mas torna-se estéril quando ignora a historicidade própria das relações raciais no Brasil e na América Latina. A aplicação mecânica de modelos forjados no Norte Global tende a obscurecer a especificidade do racismo brasileiro, que opera com sintaxes de cordialidade e semânticas de dissimulação, mantendo uma violência estrutural que se esconde sob o mito da democracia racial.

Retomamos, assim, o chamado de Alberto Guerreiro Ramos para uma sociologia que rejeite o mimetismo e produza interpretações enraizadas nas particularidades de nossa formação social. Na esteira de Florestan Fernandes e Carlos Hasenbalg, reconhecemos que a Abolição não foi um ponto final, mas o início de uma metamorfose institucional do racismo: uma tecnologia moderna, funcional à sociedade de classes, que reorganizou hierarquias em um novo regime de desigualdade.

É nesse solo fértil do pensamento social negro — onde se articulam crítica estrutural, rigor empírico e imaginação política — que edificamos nossa linha editorial. O objetivo é fortalecer um campo que não apenas descreva a realidade, mas questione suas bases históricas, suas instituições e seus pactos silenciosos.

II. O Estado: Da Neutralidade à Necropolítica

A Revista Amefricana assume uma postura analítica frontal diante do Estado. Rejeitamos a interpretação liberal que o trata como árbitro neutro das relações sociais. Inspirados na síntese entre Silvio Almeida e Flávia Rios, compreendemos o racismo estrutural como princípio organizador das relações políticas, econômicas e institucionais no país. O Estado, longe de ser mero garantidor de direitos, frequentemente opera como mecanismo ativo de desigualdade: pela burocracia, pelos protocolos administrativos, pelos fluxos orçamentários e pela seletividade das políticas públicas.

Nos interessa mapear as engrenagens de um Estado que, em inúmeros territórios, transita da gestão da vida para a administração da morte. Essa transição — que dialoga com o conceito de necropolítica — manifesta-se na violência policial, na negligência sanitária, na omissão ambiental, na precarização do trabalho e na política habitacional que naturaliza o abandono. Investigar essas tecnologias de poder significa desvelar como a racialidade é produzida e reproduzida no cotidiano das instituições.

A revista pretende, assim, consolidar um espaço para análises que tensionem o lugar do Estado na produção das desigualdades raciais, explorando não apenas seus efeitos materiais, mas suas implicações simbólicas e morais.

III. Epistemicídio e a Práxis de Liberdade

O enfrentamento das desigualdades exige um duplo movimento: rigor teórico e compromisso ético-político. A interseccionalidade, formulada por Kimberlé Crenshaw e expandida pelas intelectuais negras brasileiras, será aqui tratada não como somatório de opressões, mas como lógica de co-constituição de raça, gênero, classe, sexualidade e território. Essa perspectiva impede leituras simplificadoras e nos obriga a analisar como vulnerabilidades específicas são produzidas por sistemas simultâneos de dominação.

Mais profundamente, respondemos ao alerta de Sueli Carneiro contra o epistemicídio — a destruição sistemática dos saberes produzidos pelas populações subalternizadas. Em nossas páginas, a escuta comunitária não será tratada como técnica antropológica, mas como imperativo de justiça epistêmica. As comunidades negras, indígenas e periféricas não são objeto de estudo; são sujeitos produtores de teoria, capazes de elaborar explicações complexas sobre o mundo que habitam.

Inspirados por bell hooks, entendemos que a reflexão intelectual deve se converter em práxis de liberdade: uma teoria que se move, que transforma e que se deixa transformar pela

luta cotidiana. A Revista Amefricana se compromete com esse horizonte, promovendo pesquisas que combinem metodologia robusta, imaginação política e responsabilidade coletiva.

IV. Um Convite à Reexistência

A Revista Amefricana é, por fim, um exercício afirmativo de soberania epistêmica. Nasce com a convicção de que a produção de conhecimento no Brasil e na América Latina só será de fato democrática quando reconhecer a centralidade das experiências negras e indígenas na formulação de teorias sobre desigualdade, poder e emancipação.

Convocamos pesquisadores, gestores públicos, artistas, juristas, ativistas, docentes e estudantes a ocuparem este espaço com ousadia intelectual. Buscamos trabalhos que desafiem o pensamento abissal, que tensionem os limites da teoria crítica, que proponham novas gramáticas para o desenvolvimento e que reconheçam, na experiência amefricana, não um déficit, mas um horizonte de reinvenção civilizatória.

Que as páginas que seguem contribuam para desvelar o que foi silenciado, reparar o que foi negado, reconstruir o que foi destruído e projetar novas possibilidades de existência coletiva. Que este periódico se torne referência para uma geração que não aceita mais ser objeto de estudo, mas que reivindica seu lugar como autora e protagonista de sua própria narrativa.

Sejam bem-vindos à nossa América Invertida — onde o Sul é o nosso Norte.

★ Helbson de Ávila
★ Editor-Chefe
★ Barra Mansa, 2025